

**Universidade Federal da Grande Dourados**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**

**Thiago Garcia**

**O Haiti como Estado falido**

**Dourados – MS**  
**Dezembro de 2016**

**Thiago Garcia**

**O Haiti como Estado falido**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto S. da Silva

**Dourados – MS**

**Dezembro de 2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

G216h Garcia, Thiago

O Haiti como Estado falido / Thiago Garcia -- Dourados: UFGD, 2016.

41f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Cesar Augusto S. da Silva

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais,  
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Haiti. 2. Reconstrução. 3. Estado falido. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao terceiro dia do mês Fevereiro de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **THIAGO GARCIA**, tendo como título "O Haiti como Estado Falido".

Constituíram a Banca Examinadora o (a)s docentes Dr. César Augusto Silva da Silva (orientador), Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (examinador) e Dr. Hermes Moreira Junior (examinador).

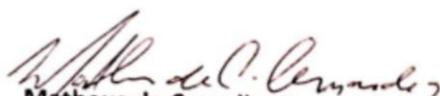
Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
Dr. César Augusto Silva da Silva  
Mestre - Orientador

  
Matheus de Carvalho Hernandez  
Doutor - Examinador

  
Hermes Moreira Junior  
Doutor - Examinador

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a todos professores da UFGD, que de certa forma, foram essenciais para o meu amadurecimento como cidadão e que contribuíram direta ou indiretamente para o meu crescimento pessoal e profissional. Um agradecimento especial aos professores da FADIR, com quem eu tive a honra de passar esses longos e árduos anos, sendo tirando dúvidas, trocando ideias nos corredores e dividindo experiências.

Agradeço ao caro colega e orientador, Prof. Dr. Cesar Augusto S. da Silva, pelas excelentes aulas ministradas de Direito Internacional Público, pelas discussões no grupo de pesquisa sobre refugiados e pela paciência em me auxiliar durante todo o processo desse trabalho. Um muito obrigado!

Agradeço a II turma de Relações Internacionais a qual tive a honra de passar quatro anos e uns quebrados (alô greve) ao lado de pessoas tão determinadas e companheiras. Foi nessa turma que conheci pessoas incríveis a qual levarei sua amizade para o resto da vida, um obrigado em especial à Marianne, Brener, Marjorie Kimberly, Jeiciane e Fernanda, vocês são únicos.

Agradeço por ter tido a oportunidade de fazer parte da Ínteri Jr. e da AIESEC em Dourados, pois sem sombra de dúvidas essas duas instituições foram essenciais para o meu crescimento como pessoa e também responsável por desenvolver em mim competências que jamais imaginaria possuir.

Um muito obrigado aos amigos que fiz durante essa minha jornada em Dourados e tenho a consciência de que sem eles eu não seria nada, um muito obrigado ao Iagor, José Joglemir, Diego, Marcelo, Richards, André, Vinícius F., Débora e Bárbara Hidalgo, Bárbara Prado e Maikom Franco.

Aos agregados do 104 A, que por mais que tenhamos passado a “season finale” da nossa vida acadêmica juntos foi de longe um dos anos mais divertidos e engraçados que pude vivenciar em Dourados. Um muito obrigado à Isadora, Renato, Miyeko, Letícia Steluti e Juliano.

Às minhas irmãszinhas de coração, Maêssa Barros e Thays de Mello Moraes, a qual eu tenho uma eterna gratidão por terem feito parte da minha história e

com toda certeza continuarão a fazer. Todo sucesso do universo para vocês! Amo vocês!

Um agradecimento especial para a mulher da minha vida a qual sem ela eu não chegaria até onde cheguei, minha mãe Ercy Garcia Ledesma, que mesmo nos momentos difíceis sempre me abraçava e com um sorriso no rosto dizia que tudo ficaria bem. É uma guerreira e uma grande inspiração para mim. Se tem alguém sortudo nesse mundo sou eu por ter lhe escolhido como mãe. Te amo e muitíssimo obrigado!

*“Entenda os seus medos, mas jamais deixe que eles sufoquem os seus sonhos.”*

Alice no País das Maravilhas – Lewis Carroll

## RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar fatos históricos que contribuíram para a instauração de um ciclo de vulnerabilidade sóciopolítico-econômico no Haiti. Resultado da adoção de regimes autoritários e corruptos que somados a precária economia e aos desastres naturais que atingiram a ilha, ocasionaram na submissão do país a políticas assistencialistas, dessa maneira dificultando o fortalecimento de sua soberania e autodeterminação, levando-o a ingressar no quadro de Estados considerados falidos. Em meio as diversas crises em que o Haiti foi colocado a prova, a reconstrução do país torna-se um recorrente e importante tema a ser discutido pela comunidade internacional, visto que a mesma adquiri um papel essencial na reorganização institucional e na reestruturação da ordem política e econômica. E por fim, conclui-se que é imprescindível a contribuição da comunidade internacional para a reconstrução do Haiti como Estado falido, levando-o rumo ao desenvolvimento e a estabilidade de longo prazo.

**Palavras-chave:** Haiti; Reconstrução; Estado falido

## **ABSTRACT**

This paper proposes to analyze historical facts that contributed to the establishment of a cycle of socio-political and economic vulnerability in Haiti. The result of the adoption of authoritarian and corrupt regimes that added to the precarious economy and the natural disasters that hit the island, led to the submission of the country to welfare policies, thereby hampering the strengthening of its sovereignty and self-determination, leading it to join the framework of Failed States. Amidst the many crisis in which Haiti was put to the test, the country's reconstruction becomes a recurrent and important issue to be discussed by the international community, as it has acquired a key role in institutional reorganization and restructuring of the political and economical order. Finally, it is concluded that the contribution of the international community to the reconstruction of Haiti as a failed State is essential, leading it to long-term development and stability.

**Keywords:** Haiti; Reconstruction; Failed State

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>I. A HISTÓRIA DE VULNERABILIDADE POLÍTICA E SOCIAL DO HAITI .....</b>	<b>3</b>
<b>II. O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DO HAITI (2004 - 2010) .....</b>	<b>11</b>
<b>III. O FUTURO DO HAITI COMO ESTADO NACIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO

O Haiti é um país que abrange a parte ocidental da ilha de Hispaniola, localizada no arquipélago das Grandes Antilhas. Representa a primeira república negra do mundo inteiro e, em meados do século XVIII, antes da conquista de sua independência, chegou a ser apontada como a região mais próspera do novo mundo, além de ser considerada a colônia mais rica das Américas graças a sua produção de açúcar e café.

Entretanto, traz consigo um histórico político e econômico deplorável devido a adoção de regimes autoritários, políticas assistencialistas e a falta de compromisso de seus governantes com a população.

Desde sua independência em 1804, o Haiti enfrentou crises políticas e econômicas que enfraqueceram o ambiente interno do país. Ele passou por inúmeros golpes de Estado e teve incessantes governos opressores, tornando-se o foco da comunidade internacional que, preocupada com o ciclo de terror ali instaurado, passou a investir em intervenções militares com o objetivo de reconstruir um país à beira de um colapso (MATIJASCIC, 2014).

A instabilidade política e a dependência econômica, financeira e militar arruinaram o Haiti. O desenvolvimento de políticas públicas só reforçou a submissão do país, dificultando o seu progresso e estabilidade política, social e econômica. Foram pensadas em políticas para o povo haitiano e não junto ao povo haitiano, dificultando o fortalecimento de sua soberania e autodeterminação (ESQUIVEL, 2013).

Atualmente considerado o país mais pobre do Hemisfério, o Haiti foi terrivelmente afetado por desastres naturais, em especial pelo terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, que devastou grande parte de seu capital e agravou a situação humanitária. Estima-se que 3 milhões de pessoas foram afetadas pela catástrofe e os prejuízos sentidos pelo país foram gigantescos (LOUIDOR, 2013).

O presente trabalho busca analisar fatos históricos que contribuíram para o cenário vulnerável em que se encontra o país nos dias de hoje. Em meio a tantas crises enfrentadas pelo Haiti, a reconstrução do país torna-se um importante tema a ser discutido pela comunidade internacional e como ela possui um papel relevante na reorganização institucional e na reestruturação da ordem política e econômica.

A metodologia aplicada é um levantamento bibliográfico nacional e internacional no âmbito das relações internacionais, ciência política e história sobre o

histórico político, econômico e ambiental do Haiti. Além da adoção de fontes de pesquisa alternativas, com destaque para os documentos e relatórios da ONU, da organização Fund for Peace e do próprio governo haitiano.

O primeiro capítulo irá discorrer sobre fatos relevantes na história do Haiti. Seguindo uma linha cronológica, eles abrangerão desde o descobrimento da ilha por Cristóvão Colombo até a instauração e derrubada dos governos tiranos que feriram os direitos humanos, sociais e econômicos da população haitiana. Dessa maneira, poderemos compreender melhor os processos que resultaram na fragilidade das instituições do país, na herança histórica de segregação social e na crônica dependência econômica (MATIJASCIC, 2014).

O segundo capítulo irá expor as dificuldades enfrentadas pelo Haiti em um contexto atual e como elas se tornaram responsáveis pela sua falência estatal. O Haiti sofreu e ainda sofre uma forte crise sociopolítica econômica. Isso ocorre, principalmente, pela ausência de um Estado capaz de oferecer condições mínimas para assegurar a subsistência da população, assim como a ausência de serviços sociais básicos como moradia, saúde, educação, transporte público, entre outros. Serão analisados fatos dos anos de 2004 até 2010, ano em que ocorreu o terrível terremoto que assolou o país.

E por fim, o terceiro e último capítulo abordará o conceito de Estado falido e como o Haiti se encaixa nessa condição, visto que o mesmo apresenta características que condizem com as dos Estados considerados falidos, como por exemplo: uma infraestrutura deteriorada; um sistema de saúde frágil; altos níveis de corrupção; aumento no número de crimes; instituições fracas; escassez de alimentos; e diminuição dos níveis de expectativa de vida (ROTBERG, 2002). Também será discutida a importância dos organismos internacionais na reconstrução de um Estado e como será o futuro do Haiti como Estado nacional.

Assim, utilizamos enquanto marco(s) teórico(s) do trabalho, Louidor (2013) para a análise do contexto histórico, político, econômico e ambiental do Haiti; Matijascic (2014) e Câmara (1998) para a análise da instável política interna do país e; Rotberg (2002) e Fukuyama (2005) para a análise da reconstrução de Estados falidos.

## I. A história de vulnerabilidade política e social do Haiti

Para compreendermos as adversidades sofridas pelo Haiti hoje, é necessário buscar conhecer elementos básicos de sua história ao longo dos anos. Neste presente capítulo serão abordados fatos históricos que contribuíram para o desenvolvimento de um cenário de grande fragilidade social, econômica e física deste país.

O dia 5 de Dezembro de 1492 marca a chegada de Cristóvão Colombo a segunda maior ilha do Caribe. A princípio recebeu o nome de Hispaniola como forma de homenagem à terra natal dos colonizadores, a Espanha. No entanto, os colonizadores espanhóis se depararam com os habitantes nativos da ilha, os aruaques e o tainos, estes chamados de “índios” pelos “descobridores”, pois acreditavam que haviam chegado às Índias Orientais.

A ilha de Hispaniola foi facilmente conquistada pelos espanhóis que traziam consigo armas de fogo, soldados, canhões e tecnologia suficiente para dizimar os aruaques, uma das primeiras etnias aborígenes a sofrer nas mãos dos espanhóis. A caça aos índios começou em 1495 quando 1 mil e quinhentos índios foram capturados e presos, deste total, quinhentos eram levados para a Espanha e vendidos.

Estima-se que a população de Hispaniola totalizava 250.000 habitantes, em dois anos, esse número caiu pela metade, vítimas de assassinatos, mutilações e suicídios. Quando não havia mais ouro, os índios tornaram-se escravos. Em 1515 restavam em torno de cinquenta mil aruaques. Em 1550, esse número caiu para quinhentos. E em 1650, um relatório aponta que não havia nenhum descendente dos aruaques vivo. (LOUIDOR, 2013, p. 14)

Após o genocídio dos índios, a França, através do Tratado de Ryswick<sup>1</sup> conseguiu que a Espanha lhe doasse a parte ocidental da ilha (hoje conhecida como República do Haiti), os franceses a chamavam de Saint-Domingue. No século XVIII, 864.000 escravos negros chegaram da África, totalizando uma média de 8.000 por ano, em 1720, e de 40.000, em 1787. Em 1788, o número de escravos negros era de 500.000, estes eram forçados a trabalharem nas plantações, muitos deles eram maltratados, não recebiam comida, vestimentas e viviam em condições precárias, resultando na morte de centenas de milhares de escravos negros (LOUIDOR, 2013, p. 17).

---

<sup>1</sup> Em 1697 foi assinado o Tratado de Ryswick dando fim a Guerra dos Nove Anos entre a França e a Grande Aliança. Disponível em: < [http://pt.encydia.com/es/Tratado\\_de\\_Rijswijk](http://pt.encydia.com/es/Tratado_de_Rijswijk) > Acesso em 05 fev 2016.

Os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa começam a se propagar por toda a colônia, assim a primeira rebelião dos escravos contra a colonização francesa aconteceu em 1791, liderada por Toussaint Louverture. Louverture foi capturado pelos franceses em 1802 e levado preso para a França, o pioneiro da independência haitiana proclamou que “ao derrotar-me, vocês mataram somente o tronco da liberdade dos negros, que voltará a crescer porque suas raízes são profundas e numerosas”. Em 1804, Jacques Dessaline toma frente à revolução e derrota as tropas francesas, logo em seguida declara o país independente e se auto intitula o Imperador do Haiti. Para Galeano “os negros tinham derrotado o glorioso exército de Napoleão Bonaparte, e a Europa nunca perdoou essa humilhação”. (GALEANO apud LOUIDOR, 2013, p. 18).

Ao longo de todo o século XIX, o exemplo do Haiti constituiu uma ameaça para a segurança dos países que continuavam praticando a escravidão. Já havia dito Thomas Jefferson, presidente estadunidense (1801 – 1809): do Haiti provém a peste da rebelião. Na Carolina do Sul, por exemplo, a lei permitia encarcerar qualquer marinheiro negro enquanto seu barco estivesse no porto, pelo risco de que pudesse contagiar a peste antiescravagista. E, no Brasil, essa peste se chamava haitianismo. (GALEANO apud LOUIDOR, 2013, p. 18)

Na América Latina ao longo de todo o século XIX, o Haiti torna-se símbolo da rebelião contra a escravidão. Entretanto, as potências internacionais descontentes com a revolução, obrigaram o Haiti a pagar uma restituição aos proprietários das plantações francesas pela perda de sua propriedade, estima-se que o valor pago foi de 150.000.000 de francos em ouro. Galeano afirma que “o Haiti pagou à França, durante um século e meio, uma indenização gigantesca, por se culpado de sua liberdade, mas nem isso alcançou. Aquela insolência negra continua doendo aos brancos do mundo”. (GALEANO apud LOUIDOR, 2013, p. 18)

Segundo o economista haitiano Lesly Péan: “a decisão do Haiti de pagar essa indenização superior às rendas disponíveis do país equivaleu a amarrar uma corda no pescoço, uma corda que o estrangulará a cada vez que tentar mover-se.” (apud LOUIDOR, 2013, p. 18) Para uma maior clareza dos fatos, Péan compara:

A título de comparação, o território da Louisiana (ou seja, 15 estados que incluíam o meio oeste americano, com um território de 2,14 milhões de quilômetros quadrados) foi vendido em 1803 aos Estados Unidos pela França por um preço de 15 milhões de dólares americanos (80 milhões de francos), isto é, a metade do preço pago pelo Haiti por sua independência. (apud LOUIDOR, 2013, p.18)

A vice-presidente do Comitê para Anulação da Dívida do Terceiro Mundo na França, Sophie Perchellet, escreveu: “O Haiti pagou um preço alto, e a dívida é o

instrumento neocolonial utilizado para ter acesso aos múltiplos recursos naturais desse país. ” (apud LOUIDOR, 2013, p. 19). Essa decisão fez com o que o país contratasse uma dívida pública, obrigando-o assumir uma economia de exportação, deixando de lado uma economia voltada para as necessidades básicas de seus cidadãos.

Em 1915, os ambientes de instabilidade política sofrida pelo Haiti somado aos diversos conflitos entre facções políticas fizeram com que os Estados Unidos da América ocupassem o país sob a justificativa de estabilizá-lo. A propósito, as intervenções militares do Estados Unidos em países latino-americanos é fruto de um processo de ampliação dos interesses norte-americanos que se acentuou após a Guerra Civil Americana (1861 – 1865). Esta ocupação termina em 1934, porém os Estados Unidos temiam que a revolução socialista cubana chegasse ao Haiti, transformando o país em um aliado da União Soviética. O cenário instável na política interna do país se agravou entre os anos de 1934 e 1956, resultando em um grande número de presidentes que passaram pelo poder.

Stênio Vincent (1930 – 1941) foi o último presidente a ter ligação com a intervenção dos Estados Unidos no Haiti, manteve-se no poder além do tempo previsto, consequência das medidas autoritárias adotadas pelo mesmo. Dentre elas, Vincent incumbiu a decisão das questões econômicas do legislativo para o executivo por meio de um plebiscito. Uma nova Constituição também foi aprovada em seu governo. Stênio Vincent pretendia seguir para o terceiro mandato em 1941, mas por recomendação do governo Roosevelt, desistiu da ideia. O governo norte-americano entregou o cargo de presidente do Haiti para Elie Lescot (HAGGERTY, p. 228).

Elie Lescot (1941 – 1946) assume o governo e assim como seu antecessor torna-se alvo de críticas e insatisfação popular devido à prática de medidas autoritárias, a cessação contra a liberdade de imprensa e a perseguição da oposição foram uma das medidas adotadas pelo presidente. Esses fatores, somados à ausência em saber lidar com a Gendarmerie d’Haiti, tornaram a continuidade de seu governo insustentável (MATIJASCIC, 2014, p. 52).

A Gendarmerie d’Haiti foi uma força militar criada em 1915 com funções policiais, era composta por americanos e haitianos e seu objetivo era o de controlar revoltas populares, principalmente movimentos contra a intervenção militar dos Estados Unidos. Em 1946, Elie Lescot anuncia sua renúncia do cargo de presidente.

É em 1946 que a Gendarmerie d’Haiti assume o poder como instituição. As eleições parlamentares foram realizadas em maio daquele mesmo ano devido à junta

militar. O cenário político era bastante frágil no momento: “as Gendarmerie d’Haiti não poderiam dar apoio a um candidato da tradicional elite haitiana, pois a população não acataria a escolha, rebelando-se.” (MATIJASCIC, 2014, p. 132)

Dumarsais Estimé (1946 – 1950) foi o candidato apoiado pelas Gendarmerie d’Haiti, pois reunia qualidades que agradavam a população e a junta militar. Estimé não recebeu apoio quando eleito e perturbou os interesses da elite haitiana, resultando em sua deposição do cargo de presidente em 1950. A situação política do Haiti naquele momento demandava que o próximo presidente eleito fosse aprovado pelas Gendarmerie d’Haiti e pela elite.

Paul E. Maglorie (1950 – 1956) assume o cargo de presidente do Haiti, porém não continuou por muito tempo, seu governo foi alvo de escândalos e corrupção. Segundo Haggerty (1991, p. 224):

O período entre a queda de Magloire e a eleição de Duvalier em setembro de 1957 foi muito caótico, até para os padrões haitianos. Três presidentes provisórios assumiram a presidência; um renunciou e o exército depôs os outros dois, François Sylvian e Figolé. Duvalier foi dito como ativamente engajado durante este processo de intrigas que ajudaram que ele surgisse como candidato favorito dos militares para a presidência. Os militares guiaram o processo de campanha eleitoral, dando todas as vantagens a Duvalier.

E em 1957, após a renúncia de Magloire e com o apoio dos Estados Unidos, François Duvalier (também conhecido como Papa Doc) apresentou-se como candidato à presidência. A instabilidade política vivenciada naquela época favoreceu a eleição de Duvalier que prometia levantar a bandeira do reconhecimento dos valores e tradições da população negra, garantindo o apoio do povo haitiano à sua candidatura. Em Setembro daquele mesmo ano, Duvalier venceu as eleições com 70% dos votos válidos, no primeiro exercício de sufrágio universal até então realizado no Haiti. (CÂMARA, 1998, p. 52)

Em sua posse, François Duvalier discursou à nação, “prometeu um governo de unidade e reconciliação nacionais, comprometido com a Constituição, o pluralismo ideológico, a liberdade de imprensa e o reconhecimento dos direitos sindicais” como relata Irene Câmara (1998, p. 52). Entretanto em menos de um ano, a população haitiana viu sua Constituição ser desacatada, os inimigos de Duvalier foram atormentados e assassinados, os sindicatos desmanchados e o país que um dia fora a colônia mais rica e próspera da América Latina estaria afundada no caos causado pela milícia de

“voluntários da segurança nacional” de que se desfrutaria o ditador para manter sua tirania sobre a população. (CÂMARA, 1998. p. 53)

Um ponto importante foi a criação da milícia paramilitar conhecida pelo nome de Tontons Macoute e o objetivo era o de conter todo e qualquer tipo de rebelião, movimentos sociais e qualquer um que se atrevesse a questionar a autoridade de François Duvalier, conservando a hierarquia da estrutura social imposta pelo eleito presidente. Nos 14 anos em que permaneceu no governo, o abuso de poder e a violência foram suas principais armas contra toda e qualquer oposição.

Em 1964, François Duvalier anulou a Constituição e rescreveu uma nova na qual citava que o presidente do Haiti teria cargo vitalício. O cargo de presidente do Haiti foi passado ao filho de François Duvalier, Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), em 1971 após a morte de seu pai. Jean-Claude Duvalier governou o Haiti por 15 anos e em seu governo estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas, além de escândalos como corrupção e retirada de dinheiro dos cofres públicos. Soma-se a isto a incoerência de medidas democratizantes de Baby Doc, o descontentamento popular, a oposição exigindo reformas e a linha-dura duvalierista, levou o ditador haitiano a deixar o país em 7 de fevereiro de 1986 por não conseguir lidar com os conflitos internos. Dessa forma, conclui-se o ciclo de terror imposto pela ditadura duvalierista.

Jean-Claude Duvalier antes de seguir para o exílio formou o Conselho Nacional de Governo em 1987 e o deixou sob o comando do General Henri Namphy. Namphy adotou um posicionamento indeciso, “que parecia pender ora para as exigências do duvalierismo, ora para a proposta de democratização, o Conselho Nacional foi sendo desacreditado”. (CÂMARA, 1998. p. 55).

Naquele mesmo ano foi promulgada uma nova Constituição para o país e desta vez seguindo os anseios da população haitiana de forma democrática. O preâmbulo da nova Carta Magna proclamou a vontade popular de “garantir seus direitos inalienáveis e imprescritíveis à vida, à liberdade, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948”, e assim “implantar a democracia, que implica o pluralismo ideológico e a alternância política, e afirmar os direitos invioláveis do povo haitiano”.

Baseado na Constituição de 1987, Namphy criou o Conselho Eleitoral Provisório com o objetivo de administrar as eleições presidenciais realizadas nesse mesmo ano, todavia um fatal massacre de eleitores no dia da votação, orquestrado por

duvalieristas, resultou na anulação das eleições presidenciais. Em fins de 1988, através de um movimento militar, Namphy seria destituído do cargo de presidente.

De 1989 a 1990, o General Prosper Avril esteve na administração do Governo haitiano. Segundo Câmara (1998. p. 56) “em sua gestão, a oposição foi perseguida, seus expoentes arbitrariamente detidos e torturados, a imprensa censurada e a insatisfação popular silenciada pela decretação do estado-de-sítio”. Apesar da opressão, os partidos de oposição conseguiram reunir forças para provocar a deposição de Avril em 4 de março de 1990.

O fim dos anos 1990 é marcado pela escolha do ex-sacerdote salesiano, Jean-Bertrand Aristide, como candidato presidencial e com ele a esperança de construir e viver em um país democrático. Aristide obteve mais de 60% dos votos, consolidando-se como o primeiro presidente eleito através das eleições populares da história do Haiti. Após permanecer sete meses no poder, Aristide sofreu um golpe militar liderado pelo general Raoul Cedras com o apoio de forças duvalieristas, da burguesia, da Igreja Católica e da administração americana da época.

Apesar disso, três anos após o golpe instaurado pelo general Raoul Cedras, Aristide retorna ao poder, apoiado pelos Estados Unidos, pela OEA e pelas tropas de vários países da região com o propósito de restaurar o governo eleito e estabilizar a situação econômica e política do país. Com base na resolução 1/91 intitulada Apoio ao Governo Democrático do Haiti, a OEA realizaria o primeiro instrumento jamais emitido a favor da reversão de um golpe de Estado. Em seu primeiro parágrafo, exigiu:

... a plena vigência do estado de direito e do regime constitucional e a imediata restauração do Presidente Jean-Bertrand Aristide no exercício de sua legítima autoridade.

Em parágrafo subsequente, a resolução afirmou a decisão tomada pelos Estados americanos, reconhecendo apenas:

... como únicos representantes legítimos do Governo do Haiti junto aos órgãos, organismos e entidades do Sistema Interamericano aqueles designados pelo Governo constitucional do Presidente Jean-Bertrand Aristide.

Nas palavras de Câmara (1998. p. 75), é com esses dois postulados iniciais, a OEA assumiu diante do golpe de Estado um posicionamento do qual não se afastaria durante todo o período de duração da crise do Haiti.

Após a conclusão de seu mandato original como presidente, Aristide elabora, com o apoio dos Estados Unidos e da ONU, uma nova eleição presidencial,

realizada em 1996. Para Corrêa (200-, p. 3), embora a intervenção tenha colocado Aristide mais uma vez no poder, não foi capaz de criar uma estrutura governamental eficiente. O fim de seu mandato foi seguido da eleição de René Préval, seguidor de suas políticas. Com o término do mandato de Préval, Aristide voltou ao poder em 2000. Contudo, seu governo foi duramente criticado e questionado por setores da sociedade civil e pela oposição, que declararam fraudes e deram abertura a uma campanha contra o governo, reivindicando a retirada de Aristide do poder.

A instabilidade política e a dependência econômica, financeira e militar arruinaram o Haiti. O desenvolvimento de documentos de políticas públicas só reforçou a submissão do país, dificultando o seu progresso e estabilidade política, social e econômica.

Todos esses instrumentos de políticas públicas, desfavoráveis para o povo haitiano, têm-se orientado a intensificar a dependência econômica e financeira do país das instituições financeiras internacionais, que obrigam o Estado haitiano a reduzir seus gastos sociais, acelerar a privatização de suas empresas e abrir totalmente seu mercado sem nenhuma subvenção à produção local. Ou seja: aplicar o plano de ajuste estrutural. (LOUIDOR, 2013, p. 23)

Desde 1993, a ONU enviou cerca de cinco missões de apoio e manutenção da paz no Haiti. Entre elas estão: A Missão das Nações Unidas no Haiti (Minuha), Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (Manuh), Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (Mitnuh), Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (Miponuh) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Para Adolfo Pérez Esquivel<sup>2</sup>, ativista de direitos humanos, as tropas estrangeiras que ocupam o país:

Não tem conquistado avanços significativos para recuperar as instituições do Estado e meios de segurança para a população, e fortalecer suas instituições, inclusive a ajuda internacional esteve mais direcionada ao assistencialismo do que à promoção de programas, nos quais os setores sociais, educacionais e políticos tenham participação ativa para conseguir recompor a estrutura do Estado, o poder judiciário e as instituições que tomam a vida democrática. (EZQUIVEL, 2013, p. 6)

O Haiti se vê cada vez mais refém de políticas assistencialistas que nas palavras de Esquivel (2013) são políticas pensadas “para o povo haitiano” e não “junto ao povo haitiano”. Desta maneira, dificulta-se o fortalecimento de sua soberania e autodeterminação. Desde a colonização espanhola e francesa no país, a intervenção

---

<sup>2</sup> Arquiteto, escultor e ativista dos direitos humanos, recebeu o Nobel da Paz de 1980 e também coordenou a fundação de *Servicio Paz y Justicia em América Latina*.

norte-americana e a falta de responsabilidade das autoridades haitianas em criar políticas públicas, resultaram na intensificação do ciclo de vulnerabilidade.

Como apresentado acima, o Haiti passou por diversos problemas em sua estrutura política, resultado da adoção de regimes autoritários, políticas assistencialistas e a falta de compromisso de seus governantes com a população. Um país que foi e vem sendo explorado desde o período colonial e sua população sofre abusos que ferem seus direitos humanos constantemente.

No próximo capítulo, trataremos sobre o contexto atual do Haiti e como a ausência de uma cultura democrática somada à falta de dinheiro externo, ao colapso da economia nacional e ao violento terremoto que atingiu a ilha em 2010, transformaram-se em obstáculos até hoje insuperáveis na reconstrução e estruturação de um Estado igualitário, soberano e capaz de servir como alavanca para o desenvolvimento de seu povo.

## II. O contexto contemporâneo do Haiti (2004 – 2010)

Neste presente capítulo busca-se conceituar as dificuldades enfrentadas pelo Haiti nos dias de hoje e como elas se tornaram responsáveis pela sua falência estatal. Serão abordados acontecimentos de caráter sociopolítico-econômico e ambiental, iniciando em 2004, ano em que se comemora os 200 anos da independência do Haiti da colônia francesa, até o fatídico terremoto que devastou o país em janeiro de 2010.

O Haiti sofreu uma forte crise sociopolítica durante a maior parte do século XX e tem continuado até hoje no novo século. Os problemas decorrem, principalmente, da ausência de um Estado capaz de realizar as funções mínimas (oferecer segurança aos seus habitantes, incentivar o desenvolvimento econômico, proporcionar uma infraestrutura de qualidade, garantir e promover os direitos humanos). Dezenas de milhares de pessoas no Haiti não contam com condições mínimas para assegurar sua subsistência, pois não há emprego, nem tão pouco, serviços sociais básicos como moradia, saúde, educação, acesso à água potável, transporte público, entre outros.

Parte do problema é que durante muitos anos o Estado tornou-se um instrumento dos governantes para enriquecer-se e manter seus privilégios e prerrogativas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti tem o índice de desenvolvimento humano mais precário da região e um dos mais baixos do mundo. (Tabela 1)

Tabela 1: Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano

<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>	<b>Haiti</b>	<b>República Dominicana</b>	<b>Costa Rica</b>	<b>Nicarágua</b>
Alfabetização	48,1	87	94,9	76,7
Expectativa de vida	51,5	67,5	78,3	69,5
PIB/per capita	\$1,844	\$7,499	\$9,481	\$3,634
Mortalidade infantil (menores de 5 anos)	117/1.000	32/1.000	13/1.000	38/1.000
Acesso à água potável	54%	95%	97%	79%
Desnutrição	47%	27%	4%	27%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ano: 2005

As condições de segurança para a população são extremamente precárias. Os cidadãos estão totalmente desprotegidos e sofrem nas mãos de gangues criminosas que atuam com total impunidade, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. Em grande parte das zonas rurais do Haiti, a inexistência da presença estatal é preenchida por chefes locais, que por sua vez, tornam-se as autoridades de fato.

Nas cidades, enquanto isso, membros do crime organizado, especialmente aqueles vinculados ao narcotráfico, controlam diversas áreas sem que haja uma intervenção da polícia. Estes acontecimentos se intensificam em razão de uma grave crise econômica marcada por altos índices de desemprego e escassez de alimentos, no qual a população desesperada vê no crime a única possibilidade de proteção e ascensão social (Human Rights Watch, 2005).

Em fevereiro de 2004, o caos ressurgiu nas ruas do Haiti por obra da Frente Revolucionária para o Avanço e Progresso do Haiti (FRAPH) que tinha como intuito começar uma ofensiva militar que resultou na derrubada do segundo governo de Jean-Bertrand Aristide. A saída de Aristide em exílio nesse mesmo ano levou à criação de um governo interino encabeçado por Boniface Alexandre, este decide por solicitar auxílio ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que imediatamente adota a resolução 1529/2004.

Através deste recurso, o Conselho autoriza o envio de uma Força Multinacional Provisória (MIF), “com a finalidade de afastar o risco de um golpe militar que estava por vir, manter um ambiente seguro e estável no país e apoiar a continuidade do processo político de forma pacífica e constitucional” (SALLES, 200-, p. 15). Além do mais, seria fundamental levar adiante medidas que no decorrer do período de transição não se resumissem apenas a questões eleitorais.

Segurança, desenvolvimento, impunidade, corrupção, reforma judicial, profissionalização das forças policiais, abusos de direitos humanos, são apenas algumas das áreas para as quais deveriam ser implementadas iniciativas internacionais caso a pretensão da comunidade internacional fosse dar uma estabilidade de longo prazo para o Estado haitiano (SALLES, 200-, p. 15).

Dessa forma, o Conselho de Segurança instituiu, em 30 de abril, por meio da Resolução 1542, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a MINUSTAH. A intervenção da MINUSTAH colocou ordem na caótica situação do país. Ainda assim, e apesar da presença de uma força multilateral de paz composta por um contingente importante de soldados e policiais, o estado do Haiti continua sendo crítico. Organizações de direitos humanos mostram que assassinatos com motivação política, detenções arbitrárias, sequestros, execuções extrajudiciais, assassinatos de civis, violações, ameaças e extorsão são cometidos regularmente por agentes de Estado e membros de grupos armados não-estatais que operam impunemente (Humans Right Watch, 2007).

A MINUSTAH detém de 3 objetivos a serem cumpridos, como demonstra Salles (200-, p. 16): “garantir um ambiente estável e seguro; institucionalizar o processo político em bases democráticas e; promover e proteger os direitos humanos através do desenvolvimento econômico. ”

Portanto, é imprescindível interromper a onda de violência e miséria na qual o Haiti se encontra. Entretanto, a crise haitiana não apresenta risco à paz internacional e a segurança local. Dessa forma, a comunidade internacional, nas palavras de Salles (200-, p. 18) “carece de fundamentos jurídicos para justificar uma intervenção numa situação dessa natureza, onde a crise social, a instabilidade política e a miséria econômica são os grandes violadores da condição humana no Haiti. ”

Em 2008, vários choques externos tiveram um dramático impacto na vida dos haitianos: aumento nos preços alimentícios, causado por diversos motivos no mundo todo; mudança climática, a qual se torna mais frequente os riscos de desastres naturais; e a crise financeira global. Esses eventos nos mostram que, inicialmente, eles possuem um caráter de natureza econômica ou ambiental e que, provavelmente, poderão desencadear catástrofes sociais, atingindo a sociedade haitiana em vários níveis.

Devido a sua posição geográfica, o Haiti é extremamente vulnerável quando a temática é desastre natural. Em 2008, um total de quatro tempestades tropicais e furacões atingiu nove de dez departamentos. A combinação de intenso desmatamento e erosão do solo causou o maior deslizamento de terra e enchentes, deixando cidades debaixo de lama (ROC, 2008. p.1).

Na atualidade, o meio-ambiente haitiano é considerado um desastre ecológico por vários fatores, como: desmatamento, erosão do solo, escassez de água, insalubridade urbana, perda da biodiversidade, degradação do ecossistema marinho, urbanização, pressão demográfica, pobreza, entre outros.

O PAPDA (Plataforma para o Desenvolvimento Alternativo do Haiti) destaca que é importante “evitar que fenômenos naturais (furacões, erupções vulcânicas, terremotos, erosão das costas, inundações...) se transformem outra vez em catástrofes sociais”. Para Louidor (2013. p. 35) “ainda falta muito a ser feito por parte dos governos haitianos em nível de elaboração de políticas públicas destinadas a prevenir os desastres”.

A solução para os problemas ambientais no Haiti está necessariamente ligada a erradicação da pobreza, controle da curva demográfica e redução da

desigualdade. Realizar estes objetivos requer a implementação de políticas de desenvolvimento capazes de solucionar essas questões.

De todos os infortúnios em que o Haiti foi colocado à prova, ninguém poderia prever que em 12 de janeiro de 2010, um violento terremoto assolaria o país. Esse desastre natural alcançou a marca de 7,3 graus na escala Richter<sup>3</sup>, classificado como “muito forte” pelos especialistas. Considerada a pior catástrofe natural dos últimos tempos, deixou cerca de 300 mil mortos, 250 mil feridos, 600 mil abandonaram a capital Porto Príncipe, estima-se que 3 milhões de pessoas foram afetadas pelo abalo sísmico e por volta de 70% dos prédios foram destruídos.

Os prejuízos sentidos pelo país equivalem a mais de 120% do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, mais de 7,8 bilhões de dólares. Os danos materiais foram altos. Por volta de 105 mil casas foram arruinadas e mais de 208 mil outras deterioradas. Mais de 1,3 mil instituições de ensino e por volta de 50 hospitais e centros de saúde foram danificados, segundo os números oficiais apresentados pela Avaliação de Necessidades Pós-Desastres, elaborado pela Plataforma Internacional de Reconstrução com base na necessidade de ajuda após o terremoto.

Após mais de dois anos em que o terremoto atingiu a Pérola das Antilhas, nome dado pelos franceses por conta de sua beleza natural, o Haiti ainda sofre com as marcas deixadas pela tragédia. A maioria dos prédios públicos, incluindo o Palácio Nacional e os ministérios, foi devastada pelo terremoto e muitos ainda permanecem em ruínas muitos meses depois do sismo.

Ainda são encontrados nas ruas cerca de 50% dos escombros e o sistema de serviços públicos da cidade, como hospitais, escolas e universidades não foram reconstruídos. Por volta de 500 mil sem-teto residiram em acampamentos de emergência, muitos em condições subumanas, como garante Phares Jérôme (apud LOUIDOR, 2013, p. 48). Muito se fala na reconstrução física do país, apesar de que poucos avanços foram alcançados desde o terremoto.

Durante uma conferência internacional sobre o Haiti, em Nova York, foi aprovado o plano de reconstrução para o Haiti baseado no documento intitulado Post Disaster Needs Assessment (PDNA). O objetivo do PDNA é o de desenvolver um plano de ação para identificar as necessidades de recuperação e reconstrução do país. De

---

<sup>3</sup> Representa a energia sísmica liberada durante um terremoto e se baseia em registros sismográficos. Foi desenvolvida em 1935 pelos sismólogos Charles F. Richter e Beno Gutenberg. Disponível em [http://www.apolo11.com/perguntas\\_e\\_respostas\\_sobre\\_terremotos.php?faq=3](http://www.apolo11.com/perguntas_e_respostas_sobre_terremotos.php?faq=3) Acesso em: 15 fev. 2016

acordo com o PDNA, o valor total dos recursos necessários consiste em 12,2 bilhões de dólares e foram distribuídos da seguinte forma: 52% para os setores sociais, 15% para infraestrutura, habitação inclusa, e 11% para a gestão ambiental e de riscos e desastres.

Desse total, foi prometido ao Haiti o valor de 9,9 bilhões de dólares, cujo 5,3 bilhões de dólares foram pagos ao longo dos últimos dois anos. Entretanto foi observado uma redução de 65% da população dos campos de desabrigados, ou seja, o número de desabrigados que atingia a marca de 1,5 milhão após o terremoto passou para 519.164 em janeiro de 2012, segundo o Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Reduzindo também o número de acampamentos para desabrigados que passou de 1.555 para 758.

Para a coordenadora do Grupo de Apoio aos Refugiados e Repatriados (GARR), Collete Lespinasse, “a problemática da moradia é ainda muito grande e ela já existia antes do terremoto”. Collete ainda destaca:

Havia pessoas que dormiam na rua, mas agora o problema é muito maior e ainda não foi resolvido porque, até agora, não existe um plano real de reconstrução nacional, sobretudo de moradia, que contemple o problema da propriedade, do acesso à terra, e financiamento para a construção de suas casas. [...] as autoridades do Estado têm a responsabilidade de garantir esse direito, tomando medidas para permitir que diferentes categorias sociais tenham acesso à moradia.

Segundo o relatório intitulado “*15 minutes to leave*” – *Denial of the right to adequate house in post-quake Haiti* (“15 minutos para sair” – Negação do direito à moradia adequada após o terremoto no Haiti)<sup>4</sup>, elaborado pela Anistia Internacional, relata casos de pessoas que foram expulsas à força de acampamentos temporários improvisados. O relatório observa “como o fluxo de ajuda ao desenvolvimento que veio na esteira do desastre não se transformou em soluções habitacionais seguras de longo prazo”. De acordo com a pesquisadora do Caribe da Anistia Internacional, Chiara Liguori (2015):

Muitas pessoas que perderam tudo no terremoto de 2010 enfrentam novas dificuldades na medida em que são expulsas de seus abrigos e acampamentos improvisados. Outros enfrentam a perspectiva de manutenção da falta de moradia e da miséria a longo prazo, dado que os programas de apoio financeiro de doadores internacionais começam a se esgotar.

Os setores da saúde e da educação também sofreram com o desastre causado pelo terremoto. O Haiti detém um sistema nacional de saúde deficitário em que 67% da

---

<sup>4</sup> O relatório completo pode ser acessado pelo seguinte link: [https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Report\\_Haiti\\_15\\_Minutes\\_to\\_Leave\\_Housing.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Report_Haiti_15_Minutes_to_Leave_Housing.pdf). Acesso em: 25 mar 2016.

população não tem acesso aos serviços de saúde e mais de 57% fazia uso de cuidados alternativos (MSF – Médicos Sem Fronteiras, 2008). Como consequência disso, o país ocupa a posição de maior mortalidade materna e infantil das Américas, além de apresentar altas taxas de doenças infectocontagiosas.

Para Paul Farmer (2005) muitas doenças encontradas no Haiti são consequências da extrema pobreza vivida pelo país. Entre algumas doenças comuns enfrentadas pela população haitiana está a tuberculose, a anemia severa devido à desnutrição crônica, a febre tifóide, a malária e a poliomielite. Entretanto, nove meses após o terremoto, foi confirmada uma epidemia de cólera, que em pouco tempo, se espalhou por todo o território haitiano.

De acordo com o epidemiologista francês Renaud Piarroux, o surto de cólera teria sido importado pela base nepalesa da MINUSTAH do qual um grupo de soldados havia chegado ao Haiti quatro dias antes. Apesar disso, o painel independente da ONU elaborou um relatório com o objetivo de investigar a epidemia de cólera que atingiu o país. Segundo o documento:

A epidemia se espalhou rapidamente pelo Rio Artibonite, e eventualmente por todo o país, devido a uma série de fatores, incluindo o uso das águas do rio para banho, lavagem, bebida e recreação; a falta de imunidade da população à cólera e à precariedade das condições sanitárias do país. Estas deficiências, em conjunto com as condições ambientais e epidemiológicas, permitiram a dispersão do vírus da cólera no meio ambiente, infectando um grande número de pessoas. (ONUBR, 2011)

As instituições de ensino do Haiti também não foram poupadas pela tragédia. O país possui uma taxa de analfabetismo de 48,7% (Index Mundi, 2016). O sistema educacional público do Haiti não é totalmente gratuito, desta maneira, o acesso à educação torna-se difícil para aqueles que não têm condições financeiras favoráveis. Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), cerca de 3.978 escolas foram destruídas ou deterioradas pelo sismo. E ainda que existam cursos universitários e profissionalizantes, apenas uma parte da população tem acesso a estes cursos, evidenciando a desigualdade social sofrida pela maioria do povo haitiano que não possui acesso à educação.

A minoria possuidora de recursos acaba estudando em universidades fora do país e muitos emigram definitivamente. Embora as escolas tenham sofrido um colapso após o terremoto, de acordo com o OCHA, em 2012, por volta de 636 escolas foram reparadas ou reconstruídas. Se antes do terremoto, as escolas alcançavam 700 mil

crianças, hoje a rede escolar atinge 1,5 milhão de alunos. Infelizmente, desse total de crianças, uma em cada três sofre de desnutrição.

No que concerne à segurança, a população haitiana sofre constantemente em virtude de conflitos armados e insegurança política. Há décadas, os haitianos e haitianas sofrem com a violência com relação à qualidade de vida. Não há, de fato, segurança em Porto Príncipe e nas demais cidades onde a exclusão social é evidente. Referente à violência sexual, as mulheres são as mais vulneráveis devido à frequência e à gravidade dos estupros (Médecins du Monde, 2005 apud SUTTER, 2011; MELO KING, 2011). Com um predomínio de 1.698 vítimas de estupro por 100.000 habitantes ao ano (LUCHI, 2010).

Para Sutter e Melo King (2011, p.10), “muitos haitianos esperam por dias melhores e a esperança está parcialmente depositada nas organizações internacionais.” Porém, não é simples e muito menos fácil falar sobre a expectativa de vida para uma população que possui poucas chances de um futuro melhor. Como visto até aqui, as organizações internacionais possuem um importante papel na reconstrução de um país melhor para a população haitiana.

Muitas organizações não governamentais já desempenhavam funções antes do sismo que assolou o país. O desastre de 2010 apenas colaborou para a propagação dessas organizações em todo o território haitiano. Com a presença de incontáveis organizações internacionais em solo haitiano, levando o país ao ponto de ser reconhecido como República das ONGs.

Durante muitos séculos, o Haiti foi dominado, explorado e saqueado pelas superpotências internacionais, as circunstâncias em que o país se encontra atualmente nos faz pensar na escala de destruição sofrida pelo Haiti ao longo do tempo e na falta de compromisso do governo em reverter esse cenário de pobreza, deixando o Estado incapaz de exercer controle sobre os acontecimentos.

Os olhares do mundo se voltam para o Haiti em razão do terremoto de 12 de janeiro de 2010. A solidariedade local e internacional mais uma vez triunfou, porém, o individualismo, a corrupção e o capitalismo foram mais fortes. Não restam dúvidas que o país está pior do que antes, que nas palavras de Sutter e Melo King (2011, p. 12), é um país em ruínas.

A soma de todos esses problemas contribuiu para que o Haiti se encaixasse na categoria de Estado falido. O conceito de Estado falido é uma ideia contemporânea

que, basicamente, percebe os problemas, deficiências e incapacidade de alguns Estados para responder às diversas demandas que fazem seus cidadãos (ZAPATA. 2014. p. 89).

Desse modo os governantes dos Estados falidos perdem credibilidade, e a própria natureza de Estado torna-se questionável e ilegítimo. Normas internacionais desejáveis tais como estabilidade e previsibilidade ficam difíceis de serem alcançadas, conforme Robert I. Rotberg demonstra em sua obra nomeada “When States Fail: Causes and Consequences”.

Nesse sentido, pretendemos discorrer no próximo capítulo sobre o conceito de Estado falido, como o Haiti se encaixa nessa categoria e como a comunidade internacional possui um importante papel rumo ao desenvolvimento sociopolítico-econômico do país.

### **III. O futuro do Haiti como Estado nacional.**

Apenas alguns países recebem ambas as condições de vulnerável e fragilizado, porém o Haiti é um claro exemplo onde essas características se deparam e como elas agravam as condições humanas e enfraquecem o Estado.

Por apresentar características que condizem com as dos Estados considerados falidos, como por exemplo: uma infraestrutura deteriorada; um sistema de saúde frágil; altos níveis de corrupção; aumento no número de crimes; instituições fracas; escassez de alimentos; e diminuição dos níveis de expectativa de vida (ROTBERG, 2002. p. 132). O Haiti entra para o rol de Estados falidos.

O presente capítulo possui o intuito de definir o conceito de Estado falido e sua relação com o objeto de estudo deste trabalho, a República do Haiti. E como a comunidade internacional possui um papel fundamental na sua reconstrução como Estado nacional.

Como reconstruir um país já considerado falido? E quais os esforços feitos pela comunidade internacional para reverter esse complexo processo que vai além da promoção de ajuda humanitária e reconstrução de edifícios destruídos?

A propagação do conceito de Estado falido no cenário global ocorre no período pós-Guerra Fria, com o surgimento de uma série de Estados detentores de uma instabilidade político-social e de um governo debilitado, dessa forma, contribuindo para graves violações contra os direitos humanos e conflitos armados locais.

Ao longo da Guerra Fria, os recentes Estados pós-coloniais passaram a se submeterem a dependência dos Estados Unidos e da União Soviética para se viabilizarem no sistema internacional.

Nas palavras de Coyne e Davies, “a desordem de Estados fracassados provém, na maioria dos casos, como consequência de um imperialismo anterior, como é o caso da Somália, assim como de vários países da América Latina.” (COYNE; DAVIES, 2007, p. 131).

Em 1992, a expressão “Estado falido” ganha popularidade através dos diplomatas norte-americanos, Gerald Helman e Steven Ratner, que os define como países “incapazes de se sustentar por si só como membros da comunidade internacional.” (HELMAN; RATNER. 1992. p. 3).

De acordo com Jean-Germain Gros, os Estados falidos são aqueles das quais suas instituições pararam de funcionar ou atingiram altos níveis de violência. Para o autor, há alguns fatores considerados chave que, representariam o status de falência estatal, como: performance econômica insatisfatória, autoritarismo, destruição ambiental causada por alto crescimento populacional, falta de coesão social, inexistência de uma classe média estabilizada e tensões entre grupos étnicos e religiosos (GROS, 1996, p. 455).

A ausência do Estado em providenciar à população serviços públicos essenciais, também pode ser considerado um dos motivos causadores de sua falência estatal.

Enfim, entende-se como Estado falido aquele que não desempenha mais funções básicas, tais como segurança, e que não mantém o controle efetivo de seu território e de suas fronteiras (Crisis States Research Centre, 2006. p. 01).

Entre os períodos da queda do Muro de Berlim, em 1989, até o 11 de setembro de 2001, a maioria das crises internacionais viveu em função de Estados fracos ou falidos. Entre eles estão Haiti, Somália, Camboja, Bósnia, Timor Leste, Kosovo, Ruanda, Libéria, Serra Leoa e Congo. A comunidade internacional intercedeu de várias maneiras em cada um desses conflitos e em vários casos assumiu o cargo de governança dos protagonistas regionais.

As intervenções humanitárias dos anos 90 levaram, nas palavras de Francis Fukuyama (2005, p.129), a um poder imperial internacional sobre os Estados falidos no mundo. Uma vez que, nesses países, a ausência de soberania possibilitava que outros organismos internacionais assumissem suas funções de governança. Seguindo essa linha de raciocínio, Fukuyama explica:

Este império internacional pode ser bem-intencionado e baseado nos direitos humanos e na democracia, mas mesmo assim era um império e estabeleceu um precedente para a capitulação da soberania à governança por organismos internacionais. (2005, p. 129)

Neste aspecto, a experiência imperial dos anos 90 na Somália, no Haiti, Camboja, Kosovo, Timor Leste e na Bósnia tornam-se muito frustrantes. Porque nem os Estados Unidos e nem a comunidade internacional têm feito muitos avanços na criação de Estados autossustentáveis em qualquer dos países que decidiram reconstruir.

Tanto a comunidade internacional como as ONGs, possuem recursos e capacidades que tende a suprimir, em vez de acrescentar, as fracas capacidades estatais

dos países. Isto é, embora as funções de governança sejam realizadas, a capacidade local não evolui, levando esses países a retornarem às suas situações anteriores.

Fukuyama enumera três diferentes fases, importantes na reconstrução das nações. A primeira chamada de reconstrução pós-conflito se aplica a países que sofreram conflitos violentos, “onde a autoridade do Estado ruiu completamente e precisa ser reconstruída a partir do zero”. A função das potências internacionais está na “provisão a curto prazo de estabilidade, por meio de infusões de força de segurança, policiamento, ajuda humanitária e assistência técnica para a restauração dos sistemas de eletricidade, água, bancário e assim por diante.”

A segunda fase inicia caso o Estado alcance um pouco de estabilidade com a ajuda internacional, aqui o objetivo é “a criação de instituições estatais autossustentadas que possam sobreviver à retirada da intervenção externa”.

Por fim, a terceira fase está ligada “ao fortalecimento de Estados fracos, onde a autoridade existe de forma razoavelmente estável, mas não consegue executar determinadas funções”. (2005, p. 132).

Com base na necessidade de reconstruir os Estados caracterizados como falidos, surge o conceito de *nation-building* que nasce da combinação entre *peacekeeping* e *peacebuilding* e seu significado refere-se à reestruturação institucional de determinado Estado, com políticas voltadas desde a realização de eleições e execução de serviços públicos básicos até na reorganização da ordem política e econômica. Entretanto, não há uma definição absoluta sobre *nation-building*, como veremos a seguir.

Para James Dobbin (2013, p. 01) em sua obra chamada *America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq*, define *nation-building* como o “uso da força armada após o fim de um conflito para auxiliar uma transição duradoura para a democracia.”

Por outro lado, em sua composição intitulada *Nation-Building: Beyond Afghanistan and Iraq* (2007), Francis Fukuyama expõe que:

*Nation-building* envolve dois diferentes tipos de atividades, reconstrução e desenvolvimento. Reconstrução se refere à restauração das sociedades destruídas pelos conflitos. Desenvolvimento, por sua vez, refere-se à criação de novas instituições e a promoção de crescimento econômico sustentável, eventos que transformam a sociedade em algo que até ela não tinha sido.

Das definições de *nation-building* até aqui citadas, observamos uma norma comum entre elas. Todas enfatizam a construção de instituições políticas democráticas, além de ressaltar a importância que o desenvolvimento econômico possui para a consolidação dos países.

Promover o desenvolvimento em países falidos, torna-se um desafio ainda maior, tendo em vista a inexistência de instituições capazes de proporcionar esse progresso. Nesses casos, a injeção de recursos na forma de ajuda internacional, não é suficiente para reconstruir o país.

É necessária uma construção de esforços muito maior entre os atores externos tanto para promover a estabilidade quanto para garantir o crescimento econômico sustentável.

Observar-se também que, em geral, os governos de Estados falidos que recebem ajuda internacional têm pouco controle sobre o destino desses recursos, assim, há um risco, de que os subsídios internacionais não coincidam com as prioridades da população, como é o caso do Haiti.

Para Francis Fukuyama (2005, p. 85), o processo de reconstrução deve incentivar que a própria comunidade local tenha a chance de apresentar suas necessidades e projetar seus próprios esquemas de desenvolvimento, assumindo para si o dever de implementá-los. É preciso proporcionar meios de inclusão que motivem a população a participar ativamente do processo de construção.

Segundo dados do Fragile States Index (FSI)<sup>5</sup>, elaborados pela organização internacional Fund for Peace em 2010, exhibe o trágico estado do Haiti, ocupando a décima primeira posição e recebendo o status de “high alert” como indicador de risco.

Importante salientar aqui que os dados exibidos em 2010 são referentes a 2009, e os dados exibidos em 2011 são referentes ao de 2010, um ano após o terremoto. Para fins de comparação, as imagens abaixo (1 e 2) mostram claramente o estado crítico em que se encontrava o Haiti antes do terremoto e como esse fenômeno foi responsável pela agravação de sua falência estatal.

---

<sup>5</sup> O Fragile States Index é um ranking que divulga a situação dos países baseado em alguns fatores, tais como: pressão demográfica crescente, crise econômica grave, movimento maciço de refugiados, deslegitimação do Estado, deterioração constante dos serviços públicos, violação dos direitos humanos, entre outros. Disponível em: <http://global.fundforpeace.org/>. Acesso em: 05 ago 2016.

Rank	Country													Total
1	Somalia	9.6	10.0	9.7	8.3	8.0	9.6	10.0	9.6	9.9	10.0	10.0	9.6	114.3
2	Chad	9.4	9.5	9.8	8.3	9.3	8.5	9.9	9.6	9.6	9.9	9.8	9.7	113.3
3	Sudan	8.8	9.8	9.9	8.7	9.5	6.7	9.9	9.3	9.9	9.8	9.9	9.6	111.8
4	Zimbabwe	9.4	8.6	8.8	9.7	9.4	9.6	9.6	9.4	9.5	9.2	9.5	7.5	110.2
5	Congo (D. R.)	9.9	9.6	8.6	8.0	9.5	8.7	8.8	9.0	9.4	9.8	8.9	9.7	109.9
6	Afghanistan	9.5	9.2	9.7	7.2	8.2	8.3	10.0	8.9	9.2	9.7	9.4	10.0	109.3
7	Iraq	8.5	8.7	9.3	9.3	8.8	7.6	9.0	8.4	9.1	9.5	9.6	9.5	107.3
8	Central African Rep.	9.1	9.3	8.9	6.1	9.2	8.4	9.0	9.2	8.8	9.7	9.1	9.6	106.4
9	Guinea	8.3	7.5	8.2	8.6	8.7	8.9	9.8	9.0	9.5	9.4	9.3	7.8	105.0
10	Pakistan	8.1	8.9	9.4	7.9	8.4	6.2	8.9	7.3	8.9	9.7	9.5	9.3	102.5
11	Haiti	9.3	5.6	7.3	8.6	8.3	9.2	9.3	9.5	8.3	8.2	8.4	9.6	101.6
12	Cote d'Ivoire	8.4	8.0	8.9	8.2	7.9	8.0	9.0	8.3	8.3	8.2	8.5	9.5	101.2
13	Kenya	9.1	8.7	8.9	7.9	8.7	7.4	9.3	8.1	8.0	7.5	8.7	8.4	100.7
14	Nigeria	8.4	5.8	9.5	8.1	9.3	6.9	9.4	9.1	8.8	9.3	9.4	6.2	100.2
15	Yemen	8.6	8.3	8.2	7.2	8.6	7.9	8.7	8.6	8.0	8.9	9.2	7.8	100.0

Imagem 1. Fonte: Failed States Index 2010, The Fund for Peace Organization

Rank	Country													Total
1	Somalia	9.7	10.0	9.5	8.2	8.4	9.3	9.8	9.4	9.7	10.0	9.8	9.7	113.4
2	Chad	9.2	9.5	9.4	8.0	8.9	8.5	9.8	9.6	9.3	9.2	9.8	9.1	110.3
3	Sudan	8.5	9.6	9.9	8.2	9.1	6.4	9.4	9.0	9.7	9.6	9.9	9.5	108.7
4	Congo (D. R.)	9.7	9.6	8.3	7.7	9.2	8.7	9.0	8.9	9.2	9.6	8.8	9.5	108.2
5	Haiti	10.0	9.2	7.3	8.9	8.8	9.2	9.4	10.0	8.0	8.4	8.8	10.0	108.0
6	Zimbabwe	9.3	8.2	9.0	9.3	9.2	9.0	9.3	9.0	9.2	9.0	9.6	7.8	107.9
7	Afghanistan	9.1	9.3	9.3	7.2	8.4	8.0	9.7	8.5	8.8	9.8	9.4	10.0	107.5
8	Central African Republic	8.9	9.6	8.6	5.8	8.9	8.1	9.1	9.0	8.6	9.7	9.1	9.6	105.0
9	Iraq	8.3	9.0	9.0	8.9	9.0	7.0	8.7	8.0	8.6	9.5	9.6	9.3	104.8
10	Cote d'Ivoire	8.1	8.5	8.7	7.9	8.0	7.7	9.5	8.4	8.6	8.6	9.1	9.7	102.8
11	Guinea	8.2	7.7	7.9	8.3	8.4	8.6	9.4	8.7	9.2	9.3	9.2	7.6	102.5
12	Pakistan	8.8	9.2	9.3	7.5	8.5	6.6	8.6	7.3	8.7	9.4	9.1	9.3	102.3
13	Yemen	8.7	8.4	8.6	6.9	8.3	7.7	8.6	8.7	7.7	9.3	9.3	8.2	100.3
14	Nigeria	8.3	6.0	9.6	7.7	9.0	7.3	9.0	9.0	8.6	9.1	9.5	6.9	99.9
15	Niger	9.8	6.6	7.8	6.2	7.9	8.9	8.9	9.5	8.2	8.0	8.6	8.7	99.1

Imagem 2. Fonte: Failed States Index 2011, The Fund for Peace Organization.

Nota-se uma complicação na situação de falência estatal do Haiti entre os anos de 2010 e 2011. O país saltou cinco posições no ranking em consequência do terremoto que prejudicou uma nação inteira e deteriorou ainda mais sua precária infraestrutura.

Um relatório intitulado “Failed States Index 2011: The Troubled Ten”<sup>6</sup>, publicado pela Fund for Peace Organization, destaca:

Diante do devastador terremoto de janeiro de 2010, a situação do Haiti se deteriorou rapidamente, tornando-se um país completamente dependente de ajuda humanitária internacional e da presença de forças de segurança estrangeiras. O Haiti encara um grande desafio para sua reconstrução, uma tarefa ainda mais complicada em razão de suas já fracas

<sup>6</sup> Ver em: <http://library.fundforpeace.org/fsi11-troubled10>. Acesso em 1 set 2016.

instituições e da extrema pobreza. As forças de segurança do Haiti estão despreparadas para assumir funções de policiamento. O governo do Haiti deveria trabalhar para demonstrar seu compromisso com o processo de reconstrução.

Com a presença de incontáveis organizações internacionais em solo haitiano, uma discussão se faz necessária, a de reconstruir e refundar o Haiti após o terremoto que apenas agravou a situação precária já encontrada ali antes. Irdèle Lubin<sup>7</sup> esclarece os conceitos de reconstrução e refundação que são temas presentes na vida dos haitianos.

Para Lubin (apud LOUIDOR, 2013, p. 75) “o conceito de reconstrução pode mais facilmente ser entendido como ato de construir novamente aquilo que desabou ou fissurou o mais rapidamente possível”. A autora prossegue e afirma que a “reconstrução pode significar a necessidade de permitir o estabelecimento de zoneamento para a construção de casas, infraestrutura de todos os tipos e questionar práticas de construção em andamento”.

Já o conceito de refundação pode ser compreendido da seguinte forma:

A refundação convida-nos a rever as bases sociais para melhor empreender a reconstrução necessária. Aqui, nos referimos às questões que envolvem a sociedade haitiana. A refundação convida-nos a reconsiderarmos as relações sociais a fim de analisarmos o tipo de sociedade que queremos. Também nos convida a observarmos os processos históricos que levaram à pobreza degradante deste país, a seguirmos o caminho e as trajetórias dos estratos sociais, para compreendermos as razões da fragilidade da maioria das construções. (apud LOUIDOR, 2013, p. 76)

Faz-se necessária uma reflexão sobre a reconstrução na retomada do controle da nação. A situação social caótica do Haiti também é um reflexo da ajuda humanitária que transformou o país numa das principais fontes de recursos de milhares de ONGs que atuam há décadas no Haiti, mas não produzem resultados que consigam, de fato, melhorar, de forma sustentável, a vida do povo.

Muitas ONGs, em sua grande maioria estrangeiras, trabalham sem nenhum tipo de coordenação entre elas, o dinheiro é mal utilizado, as ações são assistencialistas e não existe nenhum tipo de ingerência do povo haitiano, ou mesmo do Estado, na aplicação dos recursos.

Logo após o terremoto, o governo haitiano, junto com o Banco Mundial, Nações Unidas, representantes do G11 e da União Europeia elaboraram o Plano para a

---

<sup>7</sup> Professora Phd da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Haiti. Doutora em Serviço Social pela Universidade Laval.

Reconstrução Nacional do Haiti, que prescreve como objetivo fundamental, a partir dos danos causados à sua população e à infraestrutura do país, “projetar mecanismos necessários a um novo recomeço nos esforços de desenvolvimento do país, assim como reconstruir as áreas afetadas e cooperar para a criação de estratégias de desenvolvimento a longo prazo” de acordo com o posicionamento do primeiro-ministro do Haiti, Jean Max Bellerive (2010) à comunidade internacional.

É fundamental a ajuda internacional para o progresso e estabilidade de longo prazo no Haiti. É necessário também que o país de busque pelo seu desenvolvimento institucional, reconciliação nacional e recuperação econômica, porém a solução dessa crise definitiva no Haiti ocorrerá quando o país não depender mais dessa ajuda e passar a caminhar sozinho rumo ao desenvolvimento.

O caso do Haiti comprova que Estados falidos não possuem capacidade de manter uma sustentação própria no que diz respeito ao processo de democratização, já que o monopólio legítimo da força em torno do Estado e a capacidade institucional em prover serviços públicos são pilares essenciais para permitir a construção da soberania popular. Nessa lógica, a ajuda externa é essencial para que eles sejam, antes de tudo, reabilitados.

O povo haitiano tem adotado formas de subjetividade, ou seja, mecanismos para constituir-se como sujeito de sua própria história. Poucas vezes, como durante a independência do país, a derrocada da ditadura duvalierista, em 1986, e a eleição de Jean-Bertrand Aristide, em 1990, o povo haitiano pôde ser sujeito de sua própria história. O povo haitiano é um exemplo de resiliência, paciência e criatividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o histórico político, social e ambiental do Haiti até aqui retratado, compreendemos que não é simples e muito menos fácil falar sobre a expectativa de vida para uma população que possui poucas chances de um futuro melhor.

Durante a maior parte do século XX, o Haiti foi dominado, explorado e saqueado pelas superpotências internacionais, as circunstâncias em que o país se encontra atualmente nos faz pensar na escala de destruição sofrida pelo Haiti ao longo do tempo e na falta de compromisso do governo em reverter esse cenário de pobreza, deixando o Estado incapaz de exercer controle sobre os acontecimentos.

Através da análise dos fatos ao longo da história do Haiti, podemos notar um ambiente instável na política interna do país devido ao grande número de presidentes que passaram pelo poder em consequência da adoção de regimes autoritários, além de serem alvos de escândalos e corrupção.

O Haiti também se viu dependente das tropas estrangeiras que entraram em seu território com o objetivo de estabilizá-lo, apesar de não terem conquistado avanços significativos na recuperação e no fortalecimento das instituições do Estado e meios de segurança para a população.

O caso do Haiti nos mostra que Estados falidos não estão aptos a sustentar por si só o processo de democratização, visto que o monopólio legítimo da força em torno do Estado e a habilidade institucional em conceder serviços públicos são pilares fundamentais para a construção da democracia. Assim, a ajuda externa é essencial para que eles sejam, antes de tudo, reabilitados.

Nota-se, além disto, que a reconstrução de Estados não desempenha apenas a função de estabilização pós-conflito ou pós-catástrofe, mas também exerce o papel de criadora de uma nova hierarquia nas relações entre o centro e a periferia do sistema internacional.

O comprometimento da comunidade internacional na democratização e reconstrução de países pode se fundamentar para além da premissa clássica de preservação da segurança humanitária e internacional, servindo como meio de expansão da influência política e econômica de determinados atores no ambiente internacional.

Portanto, entende-se que o processo de reconstrução deve incentivar que a própria comunidade local tenha a chance de apresentar suas necessidades e projetar seus próprios esquemas de desenvolvimento, assumindo para si o dever de implementá-los. É necessário proporcionar meios de inclusão que motivem a população a participar ativamente do processo de construção.

Diante do devastador terremoto de janeiro de 2010, a situação do Haiti se deteriorou rapidamente, tornando-se um país submetido completamente a ajuda humanitária internacional que, por sua vez, estava mais ligada ao assistencialismo do que à realização de programas, em que os setores sociais, políticos e educacionais tenham uma ativa participação na recomposição da estrutura estatal.

O diálogo e a participação ativa da população haitiana são fatores determinantes na luta para superar os problemas existentes, porém isso só será possível desde que haja um estímulo de consciências, valores e saberes para um desenvolvimento integrador. É um extenso caminho a ser percorrido e acreditamos que a solidariedade e o apoio internacional possam auxiliar na colheita de resultados satisfatórios pelo bem do povo haitiano.

Julgamos como fundamental a mudança na estrutura e nos objetivos que foram impostos no Haiti e que existem caminhos esperançosos na busca pela superação das dificuldades enfrentadas pelo país, no entanto isso só será possível se o povo haitiano assumir o papel de protagonista da sua própria história, avançando rumo ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Concluimos que é indispensável a ajuda internacional para o progresso e estabilidade de longo prazo no Haiti. É importante também que o país busque pelo seu desenvolvimento institucional, reconciliação nacional e recuperação econômica, porém a solução dessa crise definitiva no Haiti ocorrerá quando o país não depender mais dessa ajuda e passar a caminhar sozinho em direção ao desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, R. **Haiti, depois do inferno**: Memórias de um repórter no maior terremoto do século. 1 ed. São Paulo: Globo, 2010. 81 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Estado Necessário para a Democracia Possível na América Latina. **Textos para discussão**, [S.L], v. 184, p. 1-31, mar. 2009.

CARVALHO, L. C. T. Estados falidos, Instituições internas e internacionais: avanços ou retrocessos?. **Mestrado em Ciência Política**. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007. p. 133

CASIMIR, J. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo dos surdos. **Universitas Relações Internacionais**, [S.L], v. 10, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2012.

COGGIOLA, O. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**, Bahia, n. 14, jun. 2010.

CÂMARA, I. P. L. **Em nome da democracia**: A OEA e a crise haitiana -1991-1994. 2 ed. Brasília: Instituto Rio Branco, 1998. 240 p.

FAGUNDES, P. E. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises políticas contemporâneas. **Meridiano**, [S.L], v. 47, n. 117, p. 30-32, jan. 2012.

FARMER, P. Pathologies of power, health, human rights and the new war on the poor. **University of California Press**, [S.L], jan. 2005.

FELDMANN, A.; MONTES, J. E. Haití: Tribulaciones de un Estado Colapsado. **Revista de Ciencia Política**, [S.L], v. 28, n. 1, p. 245-264, jun. 2008.

FERNANDES, J. S. Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?. **Conjuntura Internacional**, [S.L], p. 1-4, mar. 2010.

FUKUYAMA, F. **Construção de Estados**: Governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco LTDA, 2004. 159 p.

GALEANO, E. H. A história do Haiti é a história do racismo. **Boletim Diário do Portal EcoDebate**, [S.L], p. 1-3, jan. 2010.

GAUTHIER, A.; MOITA, M. Vulnerability and causes of fragility in Haiti. **FRIDE**, [S.L], p. 1-12, mar./abr. 2010.

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, [S.L], v. 18, n. 50, p. 295-302, jan. 2004.

JOINT, L. A. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Pró-Posições**, [S.L], v. 19, n. 2, p. 181-191, mai./ago. 2008.

- JOSÉ, E. Haiti, terremoto e história. **Teoria e Debate**, [S.L], p. 52-54, mar./abr. 2010.
- LAMAS, B. G. Instabilidade no Haiti e a MINUSTAH. **Conjuntura Internacional**, [S.L], p. 1-4, mai. 2005.
- LUCHI, E. Disasters between war and Peace. v. 4, n. 34, p. 973-995, jan. 2010
- MATIASCIC, V. B. Haiti: Uma história de instabilidade política. **Cenário Internacional**, São Paulo, p. 1-16, jul. 2009.
- MATIASCIC, V. B. A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996): dos antecedentes ao cumprimento do mandato. **Mestrado em Relações Internacionais**. San Tiago Dantas, São Paulo, p. 112, 2008.
- PINHEIRO, M. S. Thomas Jefferson: escravidão e liberdade na independência do Haiti (1791-1806). **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, Rio de Janeiro, p. 1-14, jan. 2014.
- QUADROS, B. Os Estados fracassados como fator de instabilidade internacional: uma visão brasileira. **Intellecto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 1-9, jan./jun. 2007.
- ROC, Nancy. Haiti-Environment: From the to desolation. **Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)**, Madrid, p. 1-7, jan. 2010.
- ROTBURG, R. I. When States fail: causes and consequences. **Foreign Affairs**, [S.L], v. 81, p. 1-13, jan. 2012.
- SALLES, M. M. Em nome da solidariedade: antecedentes, fundamentos e desafios da atual intervenção na crise haitiana. **Revista Insolita**, [S.L], p. 1-21, jan. 2012.
- SAMPÓ, F. N. C. ¿Estados fallidos? O sobre la imposibilidad de constituir el estado nación moderno. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Colombia, v. 11, n. 1, p. 103-119, ago. 2015.
- SANTIAGO, A. **Haiti por si**: A reconquista da independência roubada. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. 192 p.
- SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional**, [S.L], p. 1-8, mar. 2006.
- SOARES, A. L.; SILVA, E. B. D. A Revolução do Haiti: Um estudo de caso (1791-1804). **Ameríndia**, [S.L], v. 1, n. 1, p. 1-8, jan. 2006.
- SUTTER, C. Haiti, país mal dito. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 931-950, set. 2010.
- SUTTER, C.; KING, A. M. Vivendo sobre escombros: qualidade de vida no haiti pós-terremoto. **Asociación Chilena de Revistas Científicas de Psicología**, [S.L], v. 3, n. 3, jan. 2012.

THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos estudos**, [S.L], v. 86, p. 23-39, mar. 2010.

TOMICH, D. Pensando o "impensável": Victor Schoelcher e o Haiti. **Mana**, [S.L], v. 15, n. 1, p. 183-212, jan. 2009.

## SITES ACESSADOS

BONDE. **ONU admite responsabilidade por surto de cólera no Haiti**. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/internacional/onu-admite-responsabilidade-por-surto-de-colera-no-haiti-418486.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CARTA MAIOR. **Os pecados do Haiti**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-pecados-do-Haiti/6/15273>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CORRÊA, P. G. P. Haiti: história, crise e intervenção. São Paulo. p. 1-5. Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Paulo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

DIÁRIO LIBERDADE. **Eduardo Galeano: Haiti, país ocupado**. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/america-latina/direitos-nacionais-e-imperialismo/19993-eduardo-galeano-haiti-pais-ocupado.html>>. Acesso em: 27 set. 2016.

EL PAÍS. **Cinco coisas que podem definir o futuro do Haiti**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/12/internacional/1389561892\\_699704.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/12/internacional/1389561892_699704.html)>. Acesso em: 10 out. 2016.

FUND FOR PEACE. **Fragile States Index 2010/2011**. Disponível em: <<http://global.fundforpeace.org/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Brasil e Haiti: parceria para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/tags/tags-666>>. Acesso em: 21 set. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Camille Chalmers, Haiti: ‘Nosso futuro depende de uma ruptura total com todas as formas de dependência’**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/6856>>. Acesso em: 15 set. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Internacional: Haiti: crise do Estado e intervenção**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/internacional-haiti-crise-do-estado-e-inter>>. Acesso em: 20 set. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **O legado dos amaldiçoados: uma breve história do Haiti**. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/o-legado-dos>>.

amaldicoados-uma-breve-historia-do-haiti>. Acesso em: 20 set. 2016.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Periscópio internacional: a crise política no Haiti**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/blog/periscopio-internacional-crise-politica-no-haiti>>. Acesso em: 19 set. 2016.

G1. **Terremoto do Haiti matou 200 mil e feriu 300 mil, confirma primeiro-ministro**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1475727-5602,00-TERREMOTO+DO+HAITI+MATOU+MIL+E+FERIU+MIL+CONFIRMA+PRIMEIRO+MINISTRO.html>>. Acesso em: 27 set. 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2016: Haiti**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285575>>. Acesso em: 30 set. 2016.

HUMANS RIGHTS WATCH. **Haiti: Events of 2004**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2005/country-chapters/haiti>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **2015 International Monetary Fund IMF Country Report No. 15/158**. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15158.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MARXISMO. **Haiti 2004-2014: 10 anos de ditadura militar da ONU**. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content/haiti-1994-2014-10-anos-de-ditadura-militar-da-onu>>. Acesso em: 17 set. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **PNUD Brasil colabora para melhoria de infraestrutura hospitalar no Haiti**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-brasil-colabora-para-melhoria-de-infraestrutura-hospitalar-no-haiti/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU aponta causas da epidemia do cólera no Haiti**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-aponta-causas-da-epidemia-do-colera-no-haiti/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. **PNUD Brasil**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

REVISTA ÉPOCA. **Entenda como ocorreu o terremoto no Haiti**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI115873-15227,00.html>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **OCHA**. Disponível em: <<http://www.unocha.org/>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1542/2004**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso

em: 23 set. 2016.

UNITED NATIONS. **MINUSTAH Mandate.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/mandate.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2016.

UNITED NATIONS. **MINUSTAH United Nations Stabilization Mission in Haiti.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 21 set. 2016.